

ESCOLA E PODER: ESTUDO DOS RITUAIS ESCOLARES NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO “GINÁSIO SANTA CATARINA”

Raony Valdenésio Aduci Odremán Mendes¹

Eixo temático I: Ensino secundário/técnico/médio

Resumo:

O presente trabalho constituiu esforço de discutir e entender de que maneira o poder disciplinar se constrói enquanto estância onipresente do processo de “governamentalização” dos homens e mulheres, e desta maneira busca analisar os rituais escolares e o poder simbólico instituída através dos mesmos. Tal análise surge em decorrência da inserção direta do autor no acervo fotográfico do Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC, onde cumpriu quatro meses de estágio curricular na disciplina de Patrimônio Cultural da Universidade do Estado de Santa Catarina. Graças a tal estágio surge o interesse de tratar como fonte as fotografias de tal acervo, que revelam a forte ligação da instituição em destaque com a história do estado de Santa Catarina, já que em seu acervo atualmente salvaguarda em torno de 1600 fotografias dos mais variados eixos, temáticas, poses e retratos sobre a história do estado catarinense, que possibilitariam o desenvolvimento de pesquisas relevantes para a historiografia catarinense, sendo assim, busca-se, através desta experiência arquivística começar a promover a abertura e investigação deste arquivo.

Palavras – Chaves: Rituais Escolares – Ensino Ginásial – História da Educação.

¹ Graduando da 6ª fase em História no Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – FAED/UDESC, integrante do Programa de Bolsa em Iniciação à Docência – PIBID/CAPES sob a orientação das professoras doutoras Cristiani Bereta da Silva e Luciana Rossato.

*“Sempre se escreve a história da guerra,
mesmo quando se escreve a história da
paz e de suas instituições”
(Foucault)²*

Uma breve introdução

O presente trabalho surge da análise e inserção de pesquisa no vasto acervo fotográfico do Museu Histórico de Santa Catarina – MASC, arquivo este que possibilitaria muito mais opções e o desenvolvimento de muitos outros trabalhos historiográficos.

Através da análise da fotografia como fonte de saber e representação da História, surgiu opção de discorrer sobre a formação de um colégio ginásial exclusivamente para alunos do sexo masculino vinculado á ordem dos Jesuítas na capital do estado de Santa Catarina em janeiro de 1906, na alvorada da Primeira República. O interesse surge principalmente por entender que o campo da História da Educação em si é algo que deveria ser mais analisado pelos historiadores de formação. A História da Educação tem se firmado como objeto de pesquisa e como instrumento de análise de pesquisadores da Pedagogia, entendendo que o campo é deixado a margem por muitos historiadores de ofício. Assim, é importante considerar que este tema pode ser uma possibilidade de agregar ao métier do historiador, uma nova possibilidade como estudioso das relações entre educação e história.

O estágio curricular de Patrimônio Cultural no Museu Histórico de Santa Catarina me possibilitou entrar em contato com o vasto arquivo fotográfico do MHSC. A partir do manuseio deste acervo fotográfico, selecionei o material empírico que apresento e analiso neste ensaio de conclusão da prática curricular. Meu objeto de análise são fotografias pertencentes ao arquivo fotográfico do Museu Histórico de Santa Catarina que registraram a cultura escolar até meados do século XX, no estado de Santa Catarina.

Analisei quatro fotografias que chegaram ao acervo do MHSC por doações de famílias do Estado de Santa Catarina. Trabalhei com fotos da coleção pessoal de Cely

2 FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. 382 p.

Côrtes Galloti Peixoto sobre o colégio catarinense, a coleção de Maria M. Pereira sobre parada patriótica em Florianópolis e o acervo de Julta Wendel sobre os desfiles escolares em Blumenau. Reitero que somente foi possível o desenvolvimento dessa seleção fotográfica por tais fotos estarem alocadas no acervo fotográfico do Museu Histórico, onde desenvolvi estágio de prática curricular em Patrimônio Cultural.

O referencial teórico metodológico que norteia o presente ensaio é a concepção de docilidade dos corpos dentro das “instituições de seqüestro”, pensado por Foucault em obras como *Vigiar e Punir*, sendo a escola uma delas. Entendendo desta maneira o poder disciplinar como estância onipresente do processo de “governamentalização” dos homens e mulheres, e a análise dos rituais escolares e do poder simbólico instituído através dos mesmos.

Partindo da presente prisma, entender que a primeira república buscava possibilitar a construção da nação brasileira moderna e desta maneira romper com os princípios do “arcaico” Brasil Imperial. Através da inserção à obra de Norberto Dallabrida (2001), surge o norte para o desenvolvimento deste ensaio. A abordagem que o autor desenvolve é a de estudar como ocorre a manutenção e perpetuação do poder através da formação escolar das elites catarinenses, tal abordagem surge do denso diálogo que Dallabrida trava com as obras do filósofo francês Michel Foucault, que em sua obra aprofundou a discussão sobre a genealogia do poder.

Dentro da lógica do sistema, a ordem, a disciplina, o código de civilidade burguês deveriam ser seguidos para que a nação triunfasse posteriormente como um país moderno e “desenvolvido” aos moldes das capitais europeias. Nesse sentido, se buscava uma sociedade “moderna e civilizada”. Em verdade, a reforma urbana na cidade de Florianópolis durante a Primeira República era parte integrante da afirmação da sociedade capitalista e disciplinar, que gestava utilmente a força de trabalho (Dallabrida, 2001).

Juntamente com a otimização e o controle do espaço urbano, foram implementadas estratégias e táticas de intervenção que tinham como intuito a regulação da população. Mais do que reprimir, escravizar e matar, a sociedade disciplinar implementou a tecnologia do

“biopoder”, que visava tornar a população urbana saudável, produtiva, contabilizada, hierarquizada, disciplinada. A acumulação de população normalizada afluía de uma rede de instituições subestatais como a imprensa escrita, a família burguesa, as escolas, as igrejas, as associações comunitárias e religiosas, os clubes, os asilos, os orfanatos, as fábricas, que se auto-apoiavam e se amalgamavam no Estado e emanavam deste para a sociedade, num constante movimento de vasos comunicantes”. (Dallabrida, 2001, p. 60).

Homens esses que dentro desses enquadramentos constituíram a elite política e social do estado de Santa Catarina. Graças à formação que receberam no colégio jesuíta “Santa Catarina”, esses homens se estabeleceram como os varões da sociedade do período. Formavam-se nesse contexto os futuros políticos, magistrados e médicos, ou seja, os homens públicos do estado catarinense.

“Pela própria estrutura e natureza, o Ginásio Catarinense era destinado a fornecer escolarização de nível secundário aos filhos das elites e de partes das tímidas classes médias, que almejavam fazer curso superior e, desta forma, ocupar posições de comando nas instituições catarinenses, mormente no aparelho estatal”. (Dallabrida, 2001, p. 230)

É importante ressaltar que com alvorada da nova república brasileira, alguns ideais estavam sendo proclamados pelos quatro cantos na nação: a fé no progresso e disciplina, a busca excessiva pela limpeza das capitais e modernização das mesmas, a política excludente do Estado pautada no social darwinismo³ possibilitou a subvenção do Estado catarinense para construção do Ginásio “Catarinense” dos Jesuítas e o encerramento do grupo escolar secundário. Com tal medida, as classes populares de Florianópolis do início do século XX não possuíam mais o direito de frequentar o ensino secundário público.

Através da atitude do Estado Catarinense pode-se averiguar a impossibilidade de entender a política dissociada de conceitos patrimonialistas. A aliança formada por militares, igreja e estado que se estabeleceu no Brasil de uma forma abrangente a partir do

3 *Darwinismo social*: diferenças entre as raças e sua natural hierarquia, não levando em conta o “problema” da mestiçagem. No Brasil da primeira república, tal teoria se estabeleceu no bojo da nova sociedade em “fundação” e as classes populares deveriam se adequar a esta nova ordem. Ver: SCHWARCZ.

final XIX, é prova de que as relações de poder perpassavam diferentes grupos sociais dirigentes e que por vezes este interesse convergiu para bem próprio destes grupos. “No dia 4 de janeiro de 1906, o alto escalão civil e militar do Estado e representantes expressivos do clero católico local, se encontraram com objetivo de reiterar o projeto de implantação de um colégio de ensino secundário na capital catarinense, sob a direção dos padres jesuítas e com o apoio dos governos estadual e municipal” (Dallabrida, 2001, p.37).

Já nesse contexto podem-se averiguar os laços sociais que esses diferentes grupos ostentavam e como essa rede se entendeu por tanto tempo. Como se comprova empiricamente através da Figura 1, onde estão o interventor Nereu Ramos e o arcebispo metropolitano de Florianópolis D. Joaquim de oliveira, nas comemorações dos 400 anos da Companhia de Jesus no Brasil.



Figura 1: Encontro no Colégio Catarinense (1949).

Fonte: Acervo de Cely Côrtes Galloti Peixoto, doado ao acervo do MHSC.

Arquitetura escolar na primeira República

A escola construída pela companhia de Jesus na chácara das Magnólias na Rua Esteves Junior, na área central de Florianópolis não fugia à arquitetura característica dos grupos escolares públicos e laicos da primeira República. Assim como o projeto político

Lília Moritz, **O espetáculo das raças.**

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

grandioso da 1ª república que tinha a ambição de “fundar” um novo país, os grupos escolares também não fugiam a lógica espetacular do período. As escolas visavam a monumentalidade e possuíam em sua construção portentosa o crivo do poder simbólico que a nova república desejava transmitir através das mais diferentes estâncias, na educação, na arquitetura, na política, nos códigos de conduta. No entanto o Ginásio “Santa Catarina” diferentemente dos grupos escolares, não era público e laico, mas sim uma instituição portentosa com fins lucrativos e que se professava uma instituição religiosa cristã, construída pela companhia de Jesus dos jesuítas nos meses finais de 1905, em localidade nobre da cidade de Florianópolis e com recursos próprios do Estado de Santa Catarina.

Esses novos grupos escolares concebidos como verdadeiros “templos de saber” (Souza apud Vidal, 1998, p.53.), ou nesse caso o ginásio dos jesuítas, encarnavam de vez todo um conjunto de saberes e o projeto político educativo do século XIX, o das escolas seriadas que projetavam os colégios para o futuro. Nesse sentido romper com o passado imperial era uma demanda do novo governo, que buscava de acordo com Vidal (2005), a reconciliação do povo com a nação e que desta maneira plasmar uma pátria ordeira e progressista.



Figura 2: Faixada do Colégio Catarinense, antes da Reforma.
Fonte: Acervo de Cely Côrtes Galloti Peixoto, doado ao acervo do MHSC.

No campo simbólico a arquitetura portentosa das escolas-templos tinha por objetivo suplantar algumas ideias em seus alunos. A construção em si, do Ginásio Catarinense estava alicerçada no modelo dos grupos escolares da primeira República. No entanto a diferença essencial é que o primeiro por ser privado e religioso possuía fins lucrativos e professava a fé cristã, enquanto o segundo, público e laico não possuía tais prerrogativas.

O convívio com a arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé-direito, as dimensões grandiosas de janelas e portas, a racionalização e higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar em relação à cidade que o cercava visavam incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República. (Vidal, 2005, p.54)

A disciplina nas escolas-monumentos

A disciplina no âmbito escolar da primeira república era algo instituído e incontestável, as carteiras fixas no chão e a posição central da professora pareciam ser indicadores dos lugares definidos para os alunos e a mestra em sala de aula.

“A indicação precisa de espaços individuais na sala de aula e os controles dos movimentos do corpo na hora de recreio conformavam uma economia gestual e motora que distinguia o aluno escolarizado da criança sem escola” (Vidal, 2005, p.54). Nesse sentido, “o espaço escolar era vigiado por meio de diferentes táticas: na sala de aula através da definição e fixação dos lugares dos estudantes e, no pátio, pelo olhar onipresente do padre prefeito geral e dos professores, que impediam uso de armas, correrias e gritarias [...]” (Dallabrida, 2001, p. 148).

Para esse novo sistema de controle da vida escolar novo referencial temporal deveria ser instituído, junto com novos ritmos construídos e legitimados. Aparelhos que ajudassem há controlar o tempo foram incluídos no âmbito escolar nesse contexto. “Instrumentos como os relógios, as campainhas, as sinetas passaram a fazer parte do material básico dos grupos escolares” (Vidal, 2005, p.55). Alias, é nesse contexto que novos materiais escolares foram anexados aos grupos escolares.

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

A ampliação significativa da composição material da escola primária ocorreu, não por acaso, a partir de meados do século XIX, no bojo do processo de constituição dos sistemas nacionais de ensino e de desenvolvimento do capitalismo [...] No século XIX que a construção de prédios escolares, o surgimento do moderno mobiliário escolar e novos materiais de ensino proliferaram de forma considerável articulando-se com a moderna pedagogia, o processo de escolarização em massa e a expansão do mercado industrial. (Souza, 2007, p.163)

A constituição de uma cultura material escolar foi de extrema importância para o desenvolvimento das novas formas pedagógicas de ensinar. “Pode-se dizer que a produção material para a escola representa uma face do desenvolvimento econômico e social do Ocidente em que as tecnologias de ensino associaram-se ao espetáculo da indústria” (Souza, 2007, p. 165).

“O principal traço da sociedade disciplinar é o panoptismo, uma forma que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas” (Dallabrida, 2001, p. 150). Como se pode notar dentro dessa instituição de sequestro, a escola monumento do século XIX produziu muitos corpos dóceis e úteis através de vários mecanismos disciplinares. A distribuição dos indivíduos no espaço, o controle detalhado das atividades, a implementação regular do exercício, a composição e articulação das forças, a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora, o exame permanente. Pode-se dizer que esse tipo de escola contribuiu e muito para a produção da sociedade capitalista, mais especificadamente na formação da elite dirigente de Santa Catarina, o ginásio “Catarinense” formou todos os grandes homens públicos do Estado e colaborou direta ou indiretamente para o sucesso dos “varões” que lá se formaram. Pois também se deve atentar para a importância desse grupo escolar enquanto um lugar de sociabilidades das elites do estado de Santa Catarina, onde as redes sociais se constituem cotidianamente atrás dos muros desse monumento escolar oriundo de um projeto sociopolítico e econômico muito mais abrangente da primeira

república. Que tinha por objetivo principal desenvolver o país ao molde burguês europeu de desenvolvimento e modernização da nação.

Os rituais escolares e seu poder simbólico

Como são visíveis os rituais escolares de honra a disciplina e a nação eram dispositivos didáticos de “controle-estimulação”, esse tipo ritual se dava tanto em lugar público, como em âmbito privado. “Aproximadamente a cada três aulas, efetuava-se uma pausa de 10 minutos quando os alunos marchavam e cantavam no interior da sala” (Vidal, 2005, p.55).

Os jesuítas da do ginásio Catarinense investiam sobre os corpos dos estudantes, de modo que fossem impelidos à ação de forma regular e constante. Por meio da exercitação permanente ou da “coerção sem folga”, não permitia a letargia e transformava os alunos em agentes ativos da aprendizagem, fixando-os no aparelho contínuo procurava transformar a massa estudantil num corpo discente mais produtivo possível e obediente às regulamentações e normas escolares. (Dallabrida, 2001, p. 152)

Na Figura 3, o regime disciplinar do ginásio dos jesuítas e dos quartéis modernos era parecido, a vestimenta era um aspecto de convergência entre os dois grupos, além da marcha, da ordem simétrica, da honra ao maior símbolo patriótico sendo este a bandeira nacional. O regime disciplinar do ginásio dos jesuítas e dos quartéis modernos era parecido em muitos pontos de regulação, sendo que o primeiro tinha o objetivo do aprimoramento intelectual, enquanto o segundo adestrava-se o treinamento do corpo. Ambos eram espaços essencialmente de dominação masculina, nesse período o ensino ginásial era exclusividade dos meninos abastados da sociedade catarinense.



Figura 3: Desfile Escolar na Rua XV de Novembro (Anos 40).

Fonte: Coleção de Julta Wendel, doada ao acervo do MHSC.

Os seres do sexo feminino não recebiam um direcionamento de formação igualitário aos seres de sexo masculino, pelo contrário, eram sim direcionadas para o ensino secundário profissionalizante que formava para a docência no ensino primário, ou seja, enquanto o homem era o magistrado de vida pública, a mulher era curadora da esfera doméstica mãe afetiva e atenciosa.

“O ensino secundário na primeira República era concebido como um luxo aristocrático, destinado aos futuros governantes da nação, pois, para a maioria dos intelectuais e políticos da época, a disseminação do ensino primário era suficiente para estabelecer a “democracia” republicana brasileira” (Dallabrida, 2001, p. 221). Pensando por esse prisma os dispositivos didáticos do colégio eram arquitetados para produzir subjetividades estudantis masculinas.

Segundo Dallabrida, os reguladores exercícios intelectuais e físicos, o clima de emulação, a ética do trabalho, os castigos normalizadores, eram programados para moldar e robustecer o caráter dos alunos, preparando-os para os embates masculinos na vida pública [...] Além da família monogâmica, das igrejas cristãs, de associações culturais e religiosas, do Estado, o Ginásio Catarinense era parte da construção do “habitus” masculino burguês “tradicional” (Dallabrida, 2001, p. 228-229).

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

Analisando a Figura 4, pode-se identificar que todos os âmbitos da esfera simbólica estão presentes. A ordem e disciplina dos “alunos do Brasil” na parada escolar, as bandeiras como signo de respeito à pátria e todas as instituições representadas por elas, à união das diferentes lideranças sociais do período (Igreja, Representantes do Estado e Forças Armadas). Todas essas representações têm por objetivo construir um *habitus* positivo, no sentido que a primeira república buscava gestar uma nova nação brasileira. Nada mais exemplar do que citar a frase da atual bandeira do Brasil, que por sinal tornou-se a bandeira oficial em 1889 com a instituição da nova república. A frase “Ordem e Progresso” resumem as expectativas e demandas da recém-proclamada república.



Figura 4: Homenagem a soldado morto na 2ª guerra mundial, Praça Nereu Ramos (25/08/1947).
Fonte: Coleção de Maria M. Pereira, doada ao acervo do MHSC.

Concluo que as relações de poder que se estabeleceram na esfera escolar fizeram à diferença na formação das elites catarinenses no período da primeira república. O Ginásio “Santa Catarina” possibilitou a manutenção e a perpetuação da dominação do poder sócio histórico das elites catarinenses. Através dos rituais escolares tais como: passeatas, exercícios físicos exaustivos, incitação à concorrência e alguns outros aspectos da cultura

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

escolar do atual Colégio Catarinense possibilitou a formação de gerações de magistrados, políticos e médicos que comporão através de estratégias e redes a elite social catarinense.

Referências Bibliográficas:

História da Cultura Material: Um balanço Inicial. SOUZA de, Rosa Fátima. PP. 163 – 189 _____. In. BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (Org.) **Culturas escolares, saberes e práticas educativas:** itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. 429 p.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites:** o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. 294 p.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história:** estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005. 138 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 287 p.

Arquivo de Consulta:

Acervo Fotográfico da Reserva Técnica do Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC, localizado nas dependências do Museu Cruz e Souza na área central de Florianópolis, em frente à praça XV de Novembro.

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.